

INTERNET E A DINAMIZAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA EM CUBA

[ARTIGO]

Alexei Padilla Herrera

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Este artigo discute a existência de esferas públicas em países socialistas pós-totalitários. Conscientes das limitações do modelo ideal normativo proposto por Jünger Habermas para a análise do cotidiano em países que não se vinculam ao modelo liberal democrático, partimos de um referencial que descreve a estrutura e o funcionamento das esferas públicas nos antigos regimes socialistas da Europa Oriental e da União Soviética. Em seguida, apresentaremos um panorama da evolução da esfera pública em Cuba, desde o triunfo da Revolução (1959) até a atualidade. Explicaremos como o debate propiciado pelo governo cubano e a paulatina socialização do acesso à Internet tem favorecido a proliferação de espaços (físicos e virtuais) contribuem para a visualização da pluralidade política da sociedade cubana contemporânea.

Palavras-chave: Esfera Pública. Socialismo. Pós-totalitarismo. Internet. Cuba.

This article discusses the existence of public spheres of discussion in post- totalitarian socialist countries. We begin this article discussing the references that describes the structure and functioning of public areas in former socialist regimes from Eastern Europe and the USSR, because we are aware of the limitations proposed by Jünger Habermas for the analysis of the everyday in countries that do not engage the liberal democratic model. Next, we present an overview of the evolution of the public sphere in Cuba since the triumph of the Revolution (1959) to the present. We explain how the debate fostered by the Cuban government and the socialization of Internet access has encouraged the proliferation of that type of spaces (physical and virtual), that contribute to the display of political pluralism of contemporary Cuban society.

Keywords: Public sphere. Socialism. Post-totalitarianism. Internet. Cuba.

Este artículo discute la existencia de esferas públicas en países socialistas post-totalitarios. Conscientes de las limitaciones del modelo ideal normativo propuesto por Jünger Habermas para el análisis de día a día en países que no se encajan dentro del modelo democrático liberal, partimos de un referencial que describe la estructura y funcionamiento de las esferas públicas en los antiguos regímenes socialistas de Europa Oriental y la Unión Soviética. Posteriormente, realizaremos un recorrido por la evolución de la esfera pública en Cuba, desde el triunfo de la Revolución (1959) hasta la actualidad. Explicaremos cómo el debate propiciado por el gobierno cubano y la socialización del acceso a Internet han favorecido a proliferación de espacios (físicos y virtuales) contribuyen a la visualización de la pluralidad política de la sociedad cubana contemporánea.

Palabras clave: Esfera Pública, Socialismo, Post-totalitarismo, Internet, Cuba.

INTRODUÇÃO

Desde a publicação de *The Structural Transformation of the Public Sphere (1962)* a noção de esfera pública tem motivado o debate no âmbito das ciências políticas e da comunicação social. De acordo com Habermas (1989, p. 231-236) “esfera pública” (em singular) é construída na troca argumentativa baseada na justificação recíproca e constitui um domínio da nossa vida social no qual a opinião pública pode conformar-se. O livre acesso dos cidadãos, a inclusão, a reciprocidade, a flexibilidade, a paridade de status e a justificação racional dos argumentos apresentados são os princípios essenciais que regem a esfera pública. Essas condições garantem que os cidadãos possam coordenar-se e reunir-se livremente e, ao mesmo tempo, expressar e fazer públicas suas opiniões.

Posteriormente, Habermas admitiu a coexistência não de uma, mas de diversas esferas públicas concorrentes e a necessidade de olhar para a dinâmica dos processos comunicativos que acontecem na periferia dos espaços de discussão dominantes. Portanto, a esfera pública é entendida como uma complexa rede conformada por uma diversidade de foros de discussão, tanto nas instituições formais como em sua periferia, e que se articula por meio da atividade comunicativa, quando diferentes públicos se agrupam em redes comunicativas organizadas, para debater temas de interesse comum, contrastar pontos de vista e assumir ou reafirmar posições (MARQUES, 2008, p. 26).

Por isto, na primeira parte desse artigo, à luz da classificação dos regimes não democráticos dos cientistas políticos Juan Linz e Alfred Stepan (1999) explicamos o

que entendemos por pós-totalitarismo e quais são suas características essenciais. A partir dessa discussão, da análise da Constituição de Cuba e das considerações de alguns estudiosos, argumentamos por que o regime socialista cubano pode ser classificado como pós-totalitário. Na segunda seção abordamos a existência de uma multiplicidade de esferas públicas em regimes socialistas de tipo soviético e apresentamos o mapeamento proposto por Bathrick (1995). A seguir nos referimos à emergência de diversas esferas públicas em Cuba, sobretudo desde a década de 1990, a contribuição da socialização da Internet para aparecimento de novos espaços de discussão e propomos um mapeamento deles. Finalmente, comentamos ocorrências que nos aproximam das dinâmicas e contradições das esferas públicas realmente existentes na Ilha.

2. PÓS-TOTALITARISMO: ALGUNS ESCLARECIMENTOS NECESSÁRIOS

Totalitarismo geralmente remete a dois cenários: a Alemanha do Terceiro Reich e a União Soviética (URSS) sob a liderança de Josef Stalin. Embora em *As origens do totalitarismo*, Hannah Arendt (1998) identifica o terror como elemento fundamental e a essência da dominação do totalitarismo,¹ Linz (1986, p.

[1] As características dos regimes totalitários podem ser consultadas em: (LINZ, J; STEPAN, A, 1999, p. 74-75).

13) adverte que o terror de Estado, a repressão, a violação dos direitos civis, entre outras questões, não servem como elementos de distinção entre regimes, nem para diferenciar os regimes totalitários dos autoritários, porque o nível de intensidade e frequência dessas práticas podem variar significativamente.

Contudo, se trata de um termo inadequado para compreender as mudanças ocorridas na URSS e outros países socialistas após da progressiva desestalinização de seus respectivos regimes políticos (Linz, 1967; Andrew, 2009; Killingsworth, 2012; Cavatorta, 2013). Nesta nova etapa que Linz e Stepan (1999, p. 74-75) denominaram “pós-totalitária” persiste certo legado político junto com vestígios do totalitarismo e é caracterizado pelo: a) pluralismo social, econômico e institucional limitado, mas sem responsabilidades em órgãos administrativos do Estado, pluralismo político limitado, a maioria das manifestações de pluralismo surge dentro das estruturas estatais toleradas e grupos dissidentes; b) a persistência de uma ideologia oficial, que faz parte da realidade social, mas a fé na utopia se enfraquece e é substituída por um consenso pragmático, baseado na deliberação racional e num debate limitado, sem demasiados referentes ideológicas; c) perda progressiva do interesse pela mobilização, embora ela seja mantida rotineiramente dentro das organizações estatais para garantir um mínimo de aquiescência; d) em geral, os líderes principais não são carismáticos, são controlados pelas estruturas partidárias e procedimentos de democracia interna Andrés (2009, p. 21) acrescenta que os restos do totalitarismo precedente misturam-se com um maior grau de burocratização, a emergência de grupos de interesse em conflito e uma despolitização parcial da população.

Ambos os autores afirmam que o surgimento e evolução do pós-totalitarismo poderia ter sido resultado de políticas criadas pelos governantes para reformar o sistema político; deterioro interno das estruturas do regime e da fé nos postulados ideológicos que os sustentam. Aparecimento de espaços sociais, culturais e econômicos que se tornam foco de dissenso e resistência ou conseguem escapar do controle - pelo menos parcialmente- total do Estado. (LINZ; STEPAN, 1999, p. 68).

A política pós-totalitária foi, em parte, resultado de abandono do stalinismo, mas também das mudanças sociais que tiveram lugar nas sociedades comunistas. Os regimes pós-totalitários eliminaram os piores aspectos da repressão, mas ao mesmo tempo mantiveram a maior parte dos mecanismos de controle (LINZ; STEPAN, 1999, p. 68).

Linz e Stepan (1999) também apontam que nos regimes pós-totalitários o partido oficial e os líderes do regime “não conferem qualquer legitimidade ou responsabilidade ao pluralismo político não oficial”. Observa-se a permanência de um legado ideológico que não pode ser questionado oficialmente e a ideologia de Estado “tem uma presença social na vida organizativa da comunidade política”. O maior grau de pluralismo social propicia a emergência de uma “uma segunda cultura” ou uma “cultura paralela” (p.).² No obstante, persistiam qualidades do totalitarismo como, o monopólio estatal dos meios de comunicação, uma fusão do partido único com o estado (Partido-Estado),

[2] Nos países do bloco, um dos exemplos mais significativos foi o florescimento de uma literatura clandestina samizdat e a criação e distribuição de revistas, livros e outros produtos culturais.

assim como limites difusos entre a sociedade civil e o Estado (ARON, 1965 *apud* SEGAL, 2013, p. 4).

Considerando que nessa etapa o regime perde uma parte das qualidades personalistas e os poderes do líder (agora dirigente) são transferidos para o partido governante, Geddes (1999 *apud* HOFFMANN, 2011, p. 9) identifica esses regimes como unipartidários. Hoffmann (2011, p. 16) leva em conta esses fatores e os três tipos ideais de legitimação da autoridade propostos por Weber³, para denominar esses regimes como socialismo burocrático de Estado.

3. EM CUBA

A partir da classificação de Linz e Stepan (1999), autores como López-Levy (2014); Chaguaceda (2016, entrevista) que asseguram que o sistema político cubano (e regime) é um caso de pós-totalitarismo. Para López-Levy, no sistema político que vigora em Cuba se observam importantes níveis de pluralismo cultural, social e econômico, resultado das mudanças econômicas das últimas das décadas, a [limitada] liberação política e a abertura ao exterior; junto com a permanência do “monopólio político do Partido-Estado”. A liderança carismática de Fidel Castro e outros dirigentes revolucionários vêm sendo substituída uma de tipo institucional-coletivo, por meio de procedi-

mentos que garantem a renovação logo após do final dos mandados.⁴ Os mecanismos de mobilização obrigatória são substituídos por novos padrões de aquiescência política, fato que diz ao respeito da importância do “terreno difuso ocupado por oposicionistas e partidários passivos do governo na dinâmica política nacional”.⁵ Aumento da pluralidade nas instituições do Estado, adoção de soluções políticas pragmáticas [não utópicas], mas dentro do enquadramento do marxismo e o nacionalismo, consideradas as ideologias oficiais. E, finalmente, a manutenção da repressão seletiva a oposicionistas, seja para defender o sistema de partido único ou para conter a ingerência dos Estados Unidos.

Contudo, Chaguaceda (2016, entrevista) adverte que o regime cubano ainda mantém características totalitárias, dentre delas: um texto constitucional que tem como referente a constituição soviética de 1936 (promulgada sob mando de Stalin), um estado dono da maioria das atividades econômicas. “O poder ainda repousa sobre o partido único ou de uma classe burocrática, mas na liderança histórica, os militares e sua concepção militar da política”. Sobrevive à violência contra a oposição, porque ainda multidões são usadas para repudiar ativistas independentes, prática menos frequente em modelos pós-totalitários mais maduros, onde há outros mecanismos de controle social e consenso é gerado por meio do desempenho econômico (aumento da qualidade de vida da população, estabilidade do abastecimento de produtos nos mercados, promoção do consumo, etc.).

[3] Weber identificou três tipos de dominação: a racional ou baseada na legalidade, a tradicional apoiada em tradições históricas e a carismática, relacionada às qualidades exemplares do governante (GARCÍA, 2010, p. 1).

[4] Buscar donde Raúl habla de la limitación de mandatos de los principales cargos públicos.

[5] Ver lo que dice Castells de los rusos y como comenzaron a vivir su vida lejos Del sistema

Desde outro olhar, Hoffman (2011, p.10) argumenta que Cuba nunca foi um estado socialista de partido único. Devido à longa permanência de Fidel Castro no poder (1959-2006), fortes elementos da liderança carismática persistem, fato que faz do cubano, um caso diferente dentre dos socialismos burocráticos de estado implantados na União Soviética e seus aliados europeus. O estudioso considera que no regime cubano misturam-se elementos do militarismo, personalismo e único partido com a autoridade carismática (liderança de Fidel Castro) e a autoridade racional-legal (um Estado que comanda a economia com instituições de tipo soviético) (p.11). Levando em conta essa “amalgama”, Hoffmam (2011, p. 16) caracteriza o regime Cuba sob Fidel Castro como um “socialismo carismático de estado”. Condição que não tem mudado até hoje em seus aspectos mais relevantes.

Uma leitura da constituição socialista, promulgada em 1976, permite corroborar algumas das características apontadas pós-totalitárias do sistema político cubano. O artigo 5º da norma designa o Partido Comunista de Cuba como “a força dirigente superior da sociedade e o Estado”, ou seja, que toda a sociedade, as instituições estatais e governamentais estão subordinadas ao Partido Comunista. O artigo 3º reconhece o direito dos cidadãos de combater contra qualquer que tente derrubar a ordem política, social e econômica estabelecida pela Constituição” (Cuba, 2002, tradução nossa). De certa maneira, esse artigo justificaria a repressão contra opositores e críticos do sistema. Mais na frente, o artigo 54 reconhece o direito a reunião, a manifestação e a associação; a liberdades de expressão, opinião e imprensa, mas só em decorrência dos fins da sociedade socialista (Cuba, 2002).

De outro lado, a artigo 39º diz que a política educacional e cultural promovida pelo Estado está fundamentada, dentre outros postulados, no “ideário marxista” (Cuba, 2002). De ai que, a permanência desses enunciados - inclusive depois da reforma constitucional de 1992 - e a subalternidade do Estado diante do Partido, comprovaria a existência de uma ideologia de Estado no texto constitucional. Para ele, isso significa um problema para o pluralismo se expressar, já que “limita a participação direta da cidadania na defesa de suas próprias e diferenciadas vontades políticas” (GUANCHE (2014, p. 114).

Podemos resumir que o sistema político cubano é essencialmente caracterizado pela exclusão de toda a oposição política, a liderança do PCC e a liderança de Fidel Castro [e Raúl Castro]. Nenhuma mudança a este respeito deve ser esperada, enquanto os Estados Unidos insistam em “sua pretensão de ser um ator interno em Cuba” (VALDÉS PAZ, 2009: 141). No entanto, essas mudanças poderiam depender mais da própria natureza do atual sistema de político que dos fatores externos a ele.

No VII Congresso do Partido Comunista, Raúl Castro reiterou mais uma vez que o unipartidarismo é considerado um princípio ideológico pétreo, pois ele, “representa e garante a unidade da nação cubana, [e é] a principal arma estratégica [...] para construir a obra da Revolução e defendê-la contra todos os tipos de ameaças e ataques”. Nesse olhar, o pluripartidarismo levaria ao fim da Pátria, a Revolução, socialismo e a independência nacional. Renunciar a esse princípio seria equivalente a “legalizar o partido ou os partidos do imperialismo” (Castro, 2016).

4. ESFERA PÚBLICA E SOCIALISMO DE ESTADO

A construção de um referencial acerca da esfera pública no socialismo de Estado tem sido uma tarefa desafiadora e ainda inconclusa. Dentre os autores que pesquisam os fenômenos ligados ao público nos países do extinto bloco socialista, na ex-União Soviética e aqueles que fazem o mesmo em Cuba, existe um denominador comum: quase todos se apropriam das definições de Habermas (não do modelo) e das observações de seus críticos, para adaptá-las a contextos particulares. Porém foi difícil encontrar um conceito de esfera pública (dentro de um contexto socialista) totalmente original. Juan Valdés Paz considera que a falta de uma produção teórica autóctone sobre esfera pública, desde e para o socialismo, poderia estar associada ao fato de que o conceito não foi nem tem sido incorporado à cultura política socialista, não faz parte da ideologia dominante nem do discurso oficial, devido, entre outros fatores, aos dogmatismos que rejeitam todo termo ou ideia de origem liberal (VALDÉS PAZ, 2015, entrevista). Outro fator importante é o não-reconhecimento legal do pluralismo político (são sistemas de partido único) e uma concepção de sociedade civil que só abrange as organizações de massas, sociais, profissionais prol governamentais e negligencia os atores e coletivos que desde seu desempenho social contestam as ideologias hegemônicas.

O trânsito ao pós-totalitarismo nos regimes socialistas de Estado da Europa Central e Oriental, bem como na União Soviética, tornou possível o florescimento de uma esfera pública, ou seja, espaços de organização, de debate e de troca de ideias,

mas sem garantias legais e em condições de grande precariedade (CHAGUECEDA, 2016, entrevista). A tolerância para esses espaços de dissenso era acompanhada por uma estrita vigilância (KILLINSWORTH, 2012; RITTERSPORN; ROLF; BEHRENDTS, 2003). Esses fatos questionavam a crença de que o desenvolvimento da sociedade civil e da esfera pública somente seria possível no quadro das democracias liberais ocidentais.

Na sociedade de estilo soviético existia uma multiplicidade de esferas públicas e (RITTERSPORN; ROLF; BEHRENDTS, 2003, p.435). Bathrick (1995 *apud* SILBERMAN, 1997, p.5) faz um mapeamento para ilustrar a crescente diferenciação do espaço público na Alemanha Oriental desde a década de 1970 até a queda do Muro de Berlim, em 1989. O mapa define três grandes esferas interconectadas: a esfera pública oficial (sob controle do Partido), os espaços não oficiais ou contrapúblicos, e a mídia da Alemanha Ocidental.

A esfera pública oficial era a arena na qual os dirigentes buscavam legitimar o regime⁶ (KILLINGSWORTH, 2003, p. 25). Também fazem parte dessa esfera oficial -pelo menos no contexto cubano- as instituições educativas, os sindicatos, todas as organizações reconhecidas legalmente, os meios de comunicação, os centros de pesquisa e os espaços públicos de discussão institucionalizados ou tolerados.

[6] Para Rittersporn, Rolf e Behrends (2003, p. 435) “a demonstração de poder na arena pública e os constantes lembretes visuais das regras, dos integrantes das elites dirigentes e das poderosas relações entre governados e governantes, tem sido associada ao déficit de legitimidade na estrutura soviética de poder”.

Apesar dos chamados para o exercício da crítica e que em ocasiões os dirigentes reconhecessem determinados erros, era improvável que nesse domínio aparecessem críticas sobre o aparato estatal. Aliás, o Estado tinha o direito de fechar esse espaço diante de qualquer foco de tensão (KILLINSWORTH, 2012). Era, no final das contas, uma esfera fabricada, controlada, acrílica, restrita a ocasiões fechadas de discussão (p. 25). Um dos alvos dessa esfera construída oficialmente era que a população acreditasse que se tratava de uma opinião pública participativa (RITTERSPORN; ROLF; BEHRENS, 2003, p. 440), ou seja, que as vozes da cidadania eram escutadas e consideradas na tomada de decisões.

No mapeamento proposto por Bathrick (1995), o conjunto integrado pelas esferas cultural, artística, socialista crítica e socialista literária faz parte da esfera pública oficial. De acordo com Rittersporn; Rolf; Behrens (2003) eram os espaços dos artistas, escritores e cientistas controlados pelo governo e operavam como instituições de socialização, onde intelectuais e seu público adquiriam habilidades específicas para ajustar seu talento, sensibilidade e estética às necessidades inerentes ao sistema (RITTERSPORN; ROLF; BEHRENS, 2003, p 31, tradução nossa). Mas aquele foi também o campo das iniciativas reformistas ou conservadoras, onde as pessoas aprenderam a equilibrar seus objetivos com as margens de manobra oferecidas pelo regime, bem como o ambiente em que o Estado estava preparado para tolerar ou aceitá-las, fato que sugere o isolamento entre o que acontecia nessas esferas e os cidadãos comuns (RITTERSPORN; ROLF; BEHRENS, 2003, p 31).

Além de espaços de reunião, essas esferas públicas estavam formadas por várias

organizações com desenvolvidos aparatos de comunicação interna e ainda que por causa da sua estreita extensão, essas esferas atingiam públicos limitados, desempenharam um papel importante na vida diária dessas sociedades. (RITTERSPORN; ROLF; BEHRENS, p. 443-444).

Junto com essa diversidade de esferas públicas oficializadas, coexistiam outras consideradas alternativas. De acordo com Killingsworth (2012, p. 26), devido ao esmagador poder da esfera pública oficial, as esferas públicas alternativas retiravam-se para o interior de certos “nichos”, onde formas alternativas de comunicação foram desenvolvidas. RITTERSPORN, ROLF e BEHRENS (2003) trazem um ponto interessante quando apontam que na Alemanha e na Polônia, as igrejas foram uma esfera pública alternativa mais influente com uma infraestrutura e redes de comunicação, talvez mais desenvolvidas do que as autoridades conseguiram construir nos primeiros anos dos regimes socialistas (p. 441-442). Segundo Linz e Stepan (1996 *apud* KILLINGSWORTH, 2012, p. 44-45) Igreja católica manteve uma esfera relativamente autônoma, o que gerou um complexo padrão de reconhecimento recíproco e negociações entre as autoridades religiosas e o Estado.

No entanto, a posição periférica desses ambientes públicos mais críticos reforça a fragmentação como atributo central das esferas públicas nas sociedades de estilo soviético. Tratava-se de espaços consideravelmente divididos em pequenos grupos com limitada influência nas esferas do cotidiano, qualidade que compartilharam com a esfera pública oficialmente tolerada (RITTERSPORN; ROLF; BEHRENS, 2003, p. 443). Ainda que não houvesse garantias legais para

regulamentá-las, é obvio que essas esferas “alternativas” existiam com o consentimento do Partido-Estado. (KILLINGSWORTH, 2012, p. 27). Contrariamente ao que o modelo habermasiano sugeria, a constante intervenção do poder político nas sociedades sob regimes pós-totalitários não fez com que a esfera pública oficial fosse “menos complexa, comunicativa ou operacional” (RITTERSPORN; ROLF; BEHRENDTS, 2003, p. 440).

5. ESFERAS PÚBLICAS EM CUBA

A estruturação da esfera pública em cada país é um fenômeno historicamente condicionado, prolongado e do qual participam uma grande variedade de fatores de diversa índole. Portanto, seria um erro igualar a evolução da esfera pública em Cuba às realidades existentes nos países do antigo bloco soviético, ainda que reconheçêssemos as semelhanças entre eles. Por isso, a história e práticas da construção do socialismo em Cuba devem ser vistas como um caso particular. Diferentemente da russa ou da chinesa, nos seus inícios a Revolução cubana teve um caráter democrático-popular, mas não comunista em termos ideológicos.

Para Chaguaceda (2010, p. 328) a esfera pública no período pré-revolucionário alimentou o civismo da geração que fez possível a revolução de 1959 baseadas em princípios de justiça social, democracia e soberania nacional (CHAGUACEDA, 2010, p. 328). Nos primeiros da Revolução, a esfera pública resultante de uma sociedade civil em transformação experimentou uma inusitada atividade, marcada pela

incorporação de setores historicamente preteridos (camponeses, operários, mulheres, negros, etc), a troca de ideias sobre o tipo de sociedade a construir, um governo desligado dos dogmas políticos e veículos mediáticos que publicitavam os debates e as transformações em público. A ativa participação popular nos assuntos da vida pública, afirma Monal (2004 *apud* MAYORAL, 2004), é garantia da supervivência e consolidação de um projeto político (p.1). Entre 1959 e 1968 houve espaços para a polêmica que enriqueceram o processo de reconfiguração das esferas da vida nacional (LEYVA; SOMOHANO, 2008, p. 46).

A nova constituição de 1976 (que tinha como paradigma a constituição soviética de 1936) configurou juridicamente os limites da os limites e a função da esfera pública em Cuba. As consequências do processo de sovietação, iniciado na década de 1970, fizeram com que os espaços de discussão e crítica no qual os intelectuais discutiam abertamente seus pontos de vista, fossem constrangidos (LEYVA; SOMOHANO, 2008, p. 80). A padronização ideológica junto com o empobrecimento da cultura do debate talvez seja o maior legado dessa etapa (ALONSO, 2006, p. 232).

Segundo Navarro (2002), as influências do modelo soviético fomentaram a desconfiança dos políticos cubanos com a esfera cultural e disseminaram a ideia de que ela era uma potencial força política opositora, sobretudo depois da invasão soviética a Tchecoslováquia em 1968. Ainda que se reconhecesse o papel dos intelectuais para a crítica da realidade social, essa função era neutralizada por meio de diversas restrições e fazê-lo podia ser objeto de questionamentos políticos e éticos. Comenta que em 1968 começou uma “verdadeira cruzada”

contra as intervenções críticas dos intelectuais na esfera pública. Um dos momentos mais simbólicos dessa etapa foi o fechamento da revista *Pensamento Crítico* (p. 114). O pesquisador cubano fala da fronteira entre as esferas política e cultural quando afirma que segundo certos padrões os intelectuais só deviam falar em público sobre questões culturais e/ou artísticas, e deixar a crítica social ou política para os quadros políticos profissionais, expertos ou especialistas. A ultrapassagem dos níveis de crítica tolerados podia significar a exclusão do intelectual da esfera pública (p. 117-118).

No início da década de 1980, a desarticulação das políticas culturais identificadas com o realismo socialista fomentou o aparecimento da crítica social e política, nas artes plásticas, o teatro, a literatura, o cinema e a ensaística. Nesse período proliferaram espaços culturais dedicados à exposição de obras de arte, à leitura, ao debate e emergência novas publicações. Tratava-se de espaços institucionais ou não; espaços privados (casas particulares) e espaços públicos. Contudo, desde 1988 se desencadeou mais uma “ofensiva” contra as intervenções dos intelectuais na esfera pública que provocou – junto com a decepção, o pessimismo, o ceticismo e o deterioro das condições de vida e trabalho devido à crise econômica que gerou em Cuba o fim da União Soviética- a emigração da maior parte dessa intelectualidade artística, (NAVARRO, 2002, p. 115).

O fracasso do paradigma euro-soviético além de suscitar a pior crise e mais prolongada crise econômica, promoveu fortes questionamentos sobre o tipo de sociedade e sistema político que queriam os cubanos. Nesse contexto se multiplicaram velhas e novas vozes que advogam pela adoção de um socialismo não centrado no

Estado, ou seja, feito de baixo para cima, pluralista e participativo, no qual os dirigentes e a sociedade civil trabalhassem como parceiros e não sob relações de subordinação. Junto a essas chamadas à democratização do socialismo coexistiam aquelas que pensavam que o futuro da nação devia se construir a partir dos postulados do liberalismo ou da democracia-cristã.

Superado o momento mais crítico da crise, os veículos midiáticos da esfera pública cultural cubana começaram a acolher espaços de confronto e propostas transgressoras sobre diversos temas polêmicos como sociedade civil, participação, cultura política, religião, dentre outros. Um aspecto significativo dessa etapa foi a abordagem da produção cultural das diásporas cubanas. Segundo eles, essas publicações tentaram conformar um discurso “amplo e plural” (LEYVA e SOMOHANO, 2008, p. 49). Pode-se afirmar que na década de 1990 houve uma diversificação da sociedade civil. Paradoxalmente, o crescimento do associativismo não tem significado a multiplicação de novos espaços públicos para o debate político.

Entre 2006 e 2010, o Presidente Raúl Castro motivou o início de um processo de reflexão e debate coletivos para que de todas as pessoas interessadas em expressar seus pontos de vista sobre as problemáticas do país pudessem falar e até propor soluções. Grande parte das opiniões e sugestões dos cidadãos que participaram no processo consultivo foi incluída na redação das *Diretrizes da política econômica e social do Partido e a Revolução*.⁷

[7] Documento reitor da atualização ou reforma do modelo econômico cubano, com o objetivo de garantir a continuidade do Socialismo, o desenvolvimento econômico do país e o aumento do nível de vida da população.

Em 2008, Raúl reiterou a importância do debate público e da participação da população nas transformações econômicas e sociais que o país deveria iniciar. Num dos trechos dessa intervenção, expressou que, se o povo estava unido em torno de um único partido, tanto o partido quanto a sociedade tinham que ser mais democráticos e que todos tinham a oportunidade de expressar as suas opiniões e ainda trabalhar para concretizar as decisões. Reconheceu-se que da troca de opiniões divergentes surgiam as melhores soluções quando o propósito era positivo e a opinião exercida com responsabilidade. O Presidente opinou que não havia que se ter medo das discrepâncias na sociedade cubana, onde, segundo ele, não existem contradições antagônicas porque não eram antagônicas as classes sociais que a integravam (CASTRO, 2008).

Na opinião da Alzugaray (2009) os pronunciamentos políticos de Raúl Castro se caracterizam pelo constante apelo para aprofundar a democracia e o diálogo, o debate e a deliberação “como instrumento insubstituível para a criação de um consenso” (ALZUGARAY, 2009). De fato, uma análise apressada poderia concluir que, nas suas palavras, o Presidente cubano anunciava a tentativa de rearticular o consenso entre um Partido-Estado, cuja ideologia não tem experimentado mudanças significativas, e uma sociedade muito mais complexa e plural.

As reuniões “abertas” das distintas organizações de massas, as sessões públicas das Assembleias Legislativas são os principais canais por meio dos quais a população expressa as suas opiniões e critérios. Enquanto, outros mecanismos de consulta como o referendun, o plebiscito e a iniciativa legislativa são pouco utilizados. Só em casos excepcionais esses mecanismos

foram ativados por iniciativa da cidadania (VALDÉS PAZ, 2009, p.152).

Embora o líder cubano haja valorizado o papel do diálogo e o direito de expressão, dentro da lei, se observa a permanência das práticas políticas verticalizadas que fazem parte do modelo hierárquico, no qual, tanto a mobilização social como os processos consultivos são convocados pelos agentes que operam nas arenas deliberativas formais com o objetivo de legitimar propostas previamente elaboradas, embora em ocasiões sejam modificadas a partir das propostas feitas por integrantes das organizações de massas ou sociais.

6. INTERNET E DINAMIZAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA EM CUBA

Bathrick (1995) destaca o papel desempenhado pela mídia da Alemanha Ocidental na configuração da esfera pública na RDA, mas no caso concreto de Cuba os efeitos das transmissões da Radio-TV Martí (emissoras mantidas pelo governo dos Estados Unidos que transmitem para Cuba uma programação considerada subversiva pelo Governo cubano) não tem conseguido influir na população da Ilha para mudar o sistema político.

A socialização do acesso a Internet, a consolidação de redes informais de distribuição de informação e produtos culturais (filmes norte-americanos, novelas, música, vídeo clips, livros digitais, revistas estrangeiras, etc.), a reativação do debate público (em parte motivado pela vontade política do presidente Raúl Castro), bem como a

configuração de microesferas públicas (ainda muito vigiadas e de acesso restrito) são alguns dos fatores que provocaram uma maior visibilidade e dinamismo dos espaços deliberativos existentes.

Graças a Internet emergiu uma vigorosa blogosfera partilhada entre numerosos setores e as redes sociais (GARCÉS, 2013) e tem favorecido o aparecimento/visibilização de novos lugares de fala e de sujeitos políticos, além da visibilidade de outros que não obtinham espaço na mídia. Hoje, observamos uma maior circulação de discursos gerados na periferia da esfera pública política, contudo, a interação dos cubanos com as tecnologias da informação e a comunicação em geral e com a Internet em particular tem contribuído para diminuir a eficácia simbólica do monopólio informativo estatal (CHAGUACEDA, 2011; HOFFMAN, 2011; MARREIRO, 2014).

O ciberespaço tem tornado visíveis temas que permaneciam no âmbito privado ou dentro de espaços públicos com acesso restrito. Blogs, revistas virtuais e redes sociais são indicadores da pluralidade de pontos de vista e demandas presentes na sociedade cubana contemporânea, e vai além dos debates entre blogueiros governistas, oposicionistas e críticos, fato que vem configurando uma esfera pública virtual.

Díaz e Geoffray (2013 *apud* HENKEN; VOORT, 2014, p. 3) afirmam que desde que muitas dessas vozes críticas isoladas começaram usar as tecnologias da informação e a comunicação para superar os obstáculos e iniciaram a configuração de uma esfera pública mais ramificada e integrada.

No entanto, a situação ainda está longe do ideal, pois Cuba continua a ser um dos

países do mundo com menor índice de pessoas conectadas à Internet. Segundo a *Oficina Nacional de Estadísticas e Información de Cuba*, em 2013 só 26% da população tinha acesso à rede mundial. Esse número inclui o acesso à intranet nacional, que só oferece serviço de correio eletrônico e a consulta dos sites hospedados em servidores cubanos (DÍAZ; GONZÁLEZ, 2015). Recio (2014, p. 296) assegura que não se trata de Internet *full access* para todos os casos, nem de usuários que usam a rede constantemente ou sempre que eles o desejem ou precisem.⁸

Em 17 de dezembro de 2014 os presidentes Raúl Castro e Barack Obama anunciaram o reatamento das relações oficiais entre Cuba e os Estados Unidos. Num trecho do seu discurso, Obama afirmou que como acreditava no livre fluxo de informação, havia autorizado o incremento das conexões de telecomunicações entre ambos os países e reiterou que continuaria apoiando à sociedade civil (OBAMA, 2014).

Durante sua visita oficial a Cuba, em abril de 2016, o presidente estadunidense afirmou que a “Internet deveria estar disponível em toda a Ilha, para que os cubanos pudessem se conectar com o resto do mundo” e que seu país “não limita a capacidade de Cuba para tomar essas medidas”. Acrescentou que a prosperidade sustentável também dependia da “troca de ideias livre e aberta” e que sem acesso à informação online e sem a exposição a diferentes olhares

[8] A socialização da Internet em Cuba está condicionada pelas dificuldades econômicas que em decorrência do bloqueio/embargo dos Estados Unidos (que dificultam a compra de tecnologias e a conexão aos cabos operados por empresas estadunidenses que passam perto a Ilha), de outras questões ligadas à segurança nacional, receios sobre o potencial das TIC para a subversão e falta de uma política regulatória articulada (RECIO, 2013).

ninguém alcança seu potencial máximo (OBAMA, 2016).

2015 foi um ano de mudanças significativas. Conforme os dados divulgados pela Empresa de Telecomunicações de Cuba S.A. (ETECSA) em dezembro desse mesmo ano já existiam mais de 700 espaços de acesso à Internet, dentre eles, 339 salas de navegação (DIARIO DE CUBA, 2016) e 35 zonas wifi em praças públicas de vários municípios do país (GUEVARA, 2015). Em janeiro de 2016 foi anunciada a abertura de mais 100 salas de navegação e 80 zonas wifi (DIARIO DE CUBA, 2016). Em março desse mesmo ano, a empresa Google inaugurou seu primeiro centro tecnológico no estúdio do artista plástico Alexis Leyva Machado. O centro oferece acesso gratuito à Internet e conta com velocidade superior ao restante das conexões habilitadas pela estatal ETECSA (DOMÍNGUEZ, 2016, EFE, 2016).

No final de 2016, a ETECSA e a Google resolveram assinar um Acordo Google Global Cache. O convênio permitirá que os usuários em Cuba acessem os conteúdos de Google com mais rapidez e melhorará a velocidade e a qualidade da rede internacional de ETECSA (ETECSA, 2016). Em abril de 2017, depois de dois meses de testes em dois bairros de Havana Velha, a ETECSA anunciou estar pronto para levar Internet até as casas das pessoas com interesse e possibilidade de em contratar o serviço. No entanto, os preços ainda são proibitivos para a maioria das pessoas com salários pagos pelo Estado (Martínez García, 2017).⁹

[9] Os preços vão de 15 CUC (R\$ 47) por 256 Kbps de velocidade até 70 CUC (R\$ 222) por 2048 Kbps (Martínez García, 2016)

Em março de 2017 o Governo cubano aprovou a política integral para o aperfeiçoamento da informatização da sociedade. As Tic são consideradas um setor estratégico que contribuirá para o crescimento da economia e impactará no desenvolvimento da sociedade. Os princípios fundamentais da nova política são a necessidade de tornar as Tic uma “arma para a defesa da Revolução que garanta uma adequada segurança no ciberespaço diante ameaças, riscos e ataques de qualquer natureza”; a superação do capital humano; e o fomento do acesso dos cidadãos (PUIG, 2017).¹⁰

7. ATLAS DA ESFERA PÚBLICA EM CUBA

Fazendo uma adaptação da proposta de Bathrick (1995), o nosso mapa das esferas públicas cubanas incluiria a esfera pública política oficial, a esfera pública cultural/intelectual; a esfera pública oposicionista e a esfera pública crítica alternativa oficialmente tolerada.

A esfera pública política oficial (arenas deliberativas formais) estaria integrada pelo Partido Comunista, os organismos do Estado (Assembléia Nacional o Conselho de Estado) do Governo. Em segundo lugar, a esfera pública oficial, integrada pelos espaços de reunião e as publicações das organizações de massas e sociais mais

[10] Cabe perguntar-se esse entendimento limitará o acesso às Tic de atores críticos e oposicionistas, bem como a criminalização do ativismo político contestador na rede.

importantes¹¹ que integram a chamada sociedade civil socialista. Faz parte dela a esfera pública cultural/ intelectual que produz 175 publicações (digitais e impressas) sobre arte e literatura; e 202 sobre ciências sociais.¹² Essa esfera inclui outras formas de expressão como o cinema, a literatura, as artes plásticas, as artes cênicas e a música. Nessa “região” da esfera cultural/ intelectual é onde aparecem focos de tensão com as autoridades, devido ao próprio modo de agenciamento e identidade dos artistas e ao sentido político que eles atribuem às artes. A maioria dos integrantes dessa esfera está vinculada a instituições culturais ou acadêmicas com meios de comunicação próprios, principalmente correio eletrônico, conseguindo estabelecer redes para a troca de informação de alcance nacional e internacional.

Dentre os espaços de debate público mais conhecido destaca-se, em primeiro lugar, *Último Jueves* (Última quinta-feira)¹³, coordenado pela diretoria da revista *Temas*; o espaço *Dialogar, Dialogar*, da Asociación Hermanos Saíz, coletivo que agrupa artistas, escritores, poetas e pesquisadores

do âmbito da cultura¹⁴; e o projeto *La Revuelta*, criado pelo Centro de Pesquisas Culturais “Juan Marinello”. Em geral, são espaços abertos para todos os que desejem participar, mas em algumas ocasiões tem se limitado o acesso de integrantes da oposição política.¹⁵

De outro lado, encontra-se a esfera pública oposicionista, integrada por espaços promovidos por organizações que advogam pela mudança de sistema político em Cuba.¹⁶ A maioria dessas organizações expressa suas ideais, denúncias e divulgam as atividades por meio de Internet e da mídia internacional, pois não tem acesso à mídia nacional. Um dos espaços de debate mais mencionado é *Estado de SATS*, coordenado pelos dissidentes Antônio Rodiles e Jorge Calaforra. Esse projeto se define como “um espaço onde diferentes visões, desde as artes, o pensamento e o ativismo social confluem no esboço de uma Cuba diversa e plural”. Pretende ser um espaço capaz de influir no pensamento e nas políticas do país¹⁷. Os debates e outras atividades são filmados e baixados no canal do

[11] Os Comitês de Defesa da Revolução (CDR), a Federação de Mulheres Cubanas (FMC), a Central de Trabalhadores de Cuba (CTC) e a Associação Nacional de Pequenos Agricultores (ANAP), estão dentre as principais organizações de massas.

[12] Os dados são de 2015 e foram fornecidos pela Dirección Nacional de Publicaciones Seriadas de Cuba, por meio de e-mail enviado em 05/01/2016.

[13] *Último Jueves* acontece na última quinta-feira de cada mês num centro cultural de Havana. O diretor da revista *Temas* coordena um painel de especialistas que dialogam sobre um tópico decidido com antecedência e respondem os questionamentos do público presente. O site de *Último Jueves* com a programação de debates que acontecerão em 2016 está disponível em: <http://temas.cult.cu/portada_u>. Acesso: 22/01/2016.

[14] O site oficial da Asociación Hermanos Saíz está disponível em: <<http://www.ahs.cu/>>.

[15] Em 29 de outubro a blogueira oposicionista Yoani Sánchez foi impedida de entrar no debate convocado pela revista *Temas* e precisou se disfarçar com uma peruca para não ser identificada pelos guardas que controlavam a entrada. Um vídeo que documenta o acontecido foi baixado na mídia social YouTube e pode ser assistido em <<http://bit.ly/1Te1LWC>>. Acesso em: 22/01/2016.

[16] Não se trata de um movimento, mas de organizações espalhadas de defesa dos direitos humanos, a liberdade de presos políticos, jornalistas, jornalistas e economistas independentes, etc. Outras se identificam como partidos políticos e sindicatos independentes.

[17] Estado de SATS. Quiénes Somos. Disponível em: <<http://bit.ly/1K1Nw56>>. Acesso em: 22/01/2016.

projeto na mídia social *YouTube*¹⁸. Outro projeto significativo é o jornal digital independente *14 y medio*, criado e dirigido pela blogueira Yoani Sánchez.

O terceiro ponto do mapa seriam o que chamamos a esfera pública alternativa oficialmente tolerada, ou seja, espaços de debate com posicionamentos moderados. Identificamos como iniciativas mais destacadas os projetos *Periodismo de Barrio (Jornalismo de Bairro)*¹⁹, a e *Red Protogónica Observatorio Crítico (OCC)*²⁰. Os dois projetos estão conformados, principalmente, por atores da chamada “nova esquerda”²¹ cubana, que propõem uma interpretação da realidade baseada no marxismo heterodoxo e nas contribuições de outras correntes de pensamento progressista, como o feminismo e a ecologia. Constituem uma alternativa de esquerda diante da ideologia oficial herdada da tradição marxista-leninista e neo-estalinista, mas reconhecem a legitimidade do sistema político socialista cubano, as conquistas sociais da Revolução e seus princípios de justiça social e independência.

Dentro da esfera pública alternativa oficialmente tolerada também encontramos a revista católica *Espacio Laical* e seu correspondente espaço de debate *En diálogo*, um dos poucos lugares de Cuba onde apoiadores do Governo, junto a críticos e opositores convergem para trocar pontos de vista sobre o presente e futuro do país. A revista vem acompanhando o processo de reforma econômica iniciado pelo presidente Raúl Castro em 2010 e se tornou um veículo com uma marcada vocação pluralista e propositiva na abordagem das problemáticas que atingem a vida dos cubanos. A esquerda crítica tem sabido aproveitar os espaços de debate promovidos por essa publicação, apesar de não compartilhar muitos dos valores defendidos pela Igreja católica (FARBER, 2012, p. 133). Ao mesmo tempo, a Igreja coloca limites claros a seus posicionamentos políticos, o que pode ser visto como um compromisso com a permanência do governo e a maneira para não arriscar certas concessões institucionais (FARBER, 2012, p. 130-131). É bom lembrar que grupos e atores opositores de dentro e fora de Cuba, têm criticado o papel conciliador de Igreja.

No olhar de Farber (2012, p. 126), a hierarquia da Igreja tem desempenhado o papel de mediador entre as políticas do governo e as da oposição. Um equilíbrio que poderia variar em decorrência de seus interesses e objetivos ou pelas ações dos laicos, especialmente, os que dirigem as publicações e espaços de debate mais importantes. A consolidação da instituição católica cubana em um clima de reaproximação com o Estado, sem abrir mão da sua independência, tem conseguido - não livre de tensões - a configuração de esferas públicas institucionalizadas no seio da Igreja que gozam de uma significativa autonomia em relação

[18] O canal de Estado de SATS no YouTube está disponível em: < <http://bit.ly/1K1Nw56> >. Acesso em: 22/01/2016.

[19] Projeto ideado em 2015 que advoga pela diversificação das agendas midiáticas, política editoriais, enfoques, subjetividades, estilos, discurso e vozes nos espaços públicos de comunicação (PERIODISMO DE BARRIO/CÓDIGO DE ÉTICA). Disponível em: < <http://bit.ly/1VeXqAP> >. Acesso em: 22/01/2016.

[20] O site de OCC está disponível em: < <http://observatoriocriticocuba.org/> >. Acesso em: 22/01/2016.

[21] Valdés (2009, p. 192) aponta que os movimentos e partidos de esquerda que têm conseguido o poder político têm confrontado a emergência de novas esquerdas que demonstram uma posição crítica diante dos erros dos grupos governantes ou das distorções do projeto revolucionário.

ao regime político dominante. Acreditamos que algumas das iniciativas auspiciadas pela hierarquia católica em Cuba (e quase sempre concretizadas por laicos) têm conseguido trocar das dinâmicas que dirigem o funcionamento das esferas oficialmente toleradas por dinâmicas próprias, no caso específico de *Espacio Laical*, baseadas na “metodologia do encontro”, que supõe o diálogo respeitoso, a escuta e a compreensão entre diversas formas de pensamento.

No dia 29 de outubro de 2011 *Espacio Laical* auspiciou a palestra *Dialogar, Dialogar*, ministrada por Alfredo Guevara, notável intelectual vinculado ao governo revolucionário desde 1959. Guevara falou acerca dos atuais desafios de Cuba, criticou a burocracia estatal e advogou pela diversidade e a tolerância. Na platéia estiveram presentes líderes de organizações religiosas, como o cardeal Jaime Ortega, intelectuais governistas, integrantes de organizações oposicionistas e ex-presos políticos. Após palestra aconteceu uma roda de conversa entre conferencista e os participantes. Apesar dos desencontros ideológicos, o diálogo aconteceu em um clima de civilidade e respeito.

Em março de 2012, promoveu a conferência *Cuba y su diáspora*, proferida pelo empresário cubano-americano Carlos Saladrigas. Pela primeira vez em muitas décadas um exilado cubano (antigo ativista anticomunista) falava sobre temas internos em um evento em Cuba (RAVSBERG, 2012) e diante de um público tão heterogêneo em termos políticos e ideológicos. As intervenções do público - logo após as palavras de Saladrigas - evidenciaram a controvérsia entre os diferentes pontos de vista sobre os problemas do país. De um lado, os defensores do livre mercado e do outro, os comunistas críticos que rejeitaram a participação

de capitalistas cubano-americanos na economia de Cuba e insistiram na necessidade de “construir um socialismo verdadeiro”. Aliás, os políticos que ali se reuniram tinham “pouca experiência no debate com o adversário”, mas avaliou positivamente que pessoas com ideias antagônicas conseguiram se reunirem e expressar os seus desencontros com franqueza e respeito (RAVSBERG, 2012, tradução nossa).

Por meio de *Espacio Laical*, a Igreja tem propiciado um espaço anômalo ou laboratorial que, no nosso olhar, constitui um protótipo do que deveria ser uma esfera pública política democrática. Segundo Chaguaceda (2010b, p. 31) a revista *Espacio Laical* tem contribuído na constituição de uma esfera pública, beligerante e pluralista.

A tolerância do Partido-Estado diante desse tipo de iniciativa pode ser um sinal da fase autoritária pós-totalitária em que se encontra o regime vigente em Cuba. Nessa etapa a pluralidade política se expressa em espaços sob limites espaciais definidos e níveis de tolerância não definidos tão claramente.

8. FRAGMENTAÇÃO, LIMITES E POLÊMICAS

Chaguaceda (2016, entrevista) qualifica a esfera pública em Cuba como precária e fragmentada. A precariedade se manifesta na própria constituição dessa esfera, nas bases argumentais, e também no âmbito material porque a maioria dos espaços são salas, algumas privadas, onde entram poucas pessoas. É fragmentada porque são espaços

desconectados e porque há pessoas que não podem ir a certos espaços e em outros têm sido impedidas de entrar. Ele defende a tese da “fragmentação induzida”, que implica um nível alto de autocensura. Em resumo, os indivíduos que participam nas esferas públicas oficiais devem cumprir certas regras e evitarem estabelecer vínculos com atores que frequentam as esferas públicas consideradas críticas ou opositoristas. Ao mesmo tempo, se limita a presença de pessoas “indesejadas” em espaços de discussão institucionalizados. Desse modo, aponta se obstaculiza o fluxo entre as diferentes esferas públicas dos atores que decidem acatar as regras.

A mídia estatal, única de acesso massivo em Cuba, contribui para aprofundar essa fragmentação, fomentando a escassa visibilidade desses espaços de debate. Os meios de comunicação pública que, agrupados no Instituto Cubano de Radio e Televisão (ICRT), constituem um monopólio natural subordinado ao Departamento Ideológico do Comitê Central do Partido Comunista. Esses veículos (porta-vozes da trindade Partido-Estado-Governo) se caracterizam pela escassez de conteúdos que representam a diversidade e pluralidade existente na sociedade cubana atual. Inclusive importantes discussões celebradas no *Último Jueves* da revista *Temas*, e em outros espaços “semi-oficiais”, não são resenhadas pelos jornais oficiais, nem pelos programas informativos da televisão e da rádio; apesar de que todos esses espaços da esfera pública cultural/intelectual são espaços monitorizados pelo Partido-Estado (CHAGUECEDA, 2016, entrevista).

Além de um cenário para a discussão sobre temas de interesse geral, a rede que configuram as diferentes esferas públicas virtuais em Cuba é um espaço para

o confronto ideológico. O caráter monopólico da mídia e o reconhecimento da legitimidade só dos atores que participam nos espaços de opinião legais, “facilita as estratégias discursivas superficiais e/ou difamatórias” que tentam atingir a visibilidade dos opositoristas na esfera pública permitida”. Essas estratégias influem na política de contenção contra intelectuais e os ativistas civis de qualquer ideologia. Desde posicionamentos ortodoxos e próximos do estalinismo atores como o blogueiro Iroel Sánchez atuam como policiais ideológicos, pretendendo estabelecer os limites ao exercício da criticidade, e às vezes são vinculados à difamação e à intolerância na esfera pública cubana (AZOR, 2012).

Recentemente, o blog de Iroel Sánchez tem sido o centro de uma polêmica que ainda continua com os intelectuais católicos Roberto Veiga e Lenier González, editores de *Espacio Laical entre 2005 e 2014*, e atuais coordenadores do projeto Cuba Posible.²²

A pluralidade de vozes promovida pela revista *Espacio Laical* também provocou receios de atores identificados com os setores mais ortodoxos do Partido Comunista. Em março de 2013, Alejandro Cruz (2013a) iniciou uma polêmica quando publicou em seu blog (Cubanoenprimerplano) o post *@EspacioLaical ¿espacio para todos?* O blogueiro questionou o caráter inclusivo proclamado nos objetivos da revista, porque, na conta do

[22] *Cuba Posible* se autodefine como “um ‘Laboratorio de Ideas’ que gestiona una relación dinámica entre personas e instituciones, cubanas e extranjeras, con experiencias e cosmovisiones diversas. (...) No realizaremos sólo abordagens teóricas e abstractas da realidade, mas deseamos participar e influir no desempenho social e político”. (CubaPosible/¿Quiénes Somos). Disponível em: <<http://cubaposible.net/quienes-somos>>. Acesso em: 22/01/2016.

Twitter, só estava seguindo a ativista dissidente Yoani Sánchez e o jornal opositorista *Diário de Cuba*. Em outro texto, Cruz (2013b) criticou *España Laical* por ter coordenado a palestra de Carlos Saladrigas e citou um artigo de por Fidel Castro (2008) que vincula o empresário cubano-americano com os planos gestados em Miami para a restauração do capitalismo em Cuba.²³

Em 11 de abril, os editores de *Espacio Laical* denunciaram em nota, que os textos de Alejandro Cruz buscavam atingir a credibilidade da revista e questionaram que os posts do blogueiro contra a revista houvessem sido reproduzidos em um boletim oficial do Ministério da Cultura (ESPACIO LAICAL, 2013).

Fora do ciberespaço existem outros exemplos eloquentes do poder do Partido-Estado cubano para regular o exercício da crítica na esfera pública e controlar o acesso aos foros de discussão. Em outubro de 2009 a blogueira opositorista Yoani Sánchez (qualificada de contrarrevolucionária) foi impedida de entrar no debate convocado pela revista *Temas*. Sánchez precisou se disfarçar com uma peruca loura para não ser identificada pelos guardas que controlavam o acesso ao local.²⁴ Mais recentemente, em outubro 30 de 2015, um funcionário do Instituto de Arte e Indústria Cinematográficas (ICAIC) tentou expulsar o dissidente Eliécer Ávila do I Foro de Cineastas sobre política cultural e conteúdos no Audiovisual cubano, convocado pela Assembleia de

Cineastas Cubanos (G20) que desde 2013 que trabalha na elaboração de um projeto de Lei de Cinema. Alguns dos participantes impediram a expulsão de Ávila, considerando que se tratava de uma reunião aberta e pública, os cineastas acordaram assinar uma carta contra a censura que sofreu a peça de teatro *El Rey se muere*, do diretor Juan Carlos Cremata²⁵.

Quatro dias depois do incidente, a presidência do ICAIC declarou em nota que a ponto de vista do debate era “inequivocamente revolucionário” e que os inimigos da Revolução não têm lugar “nos nossos foros”. Segundo o texto, a presença dos opositores “constituía uma provocação e um ato premeditado para utilizar esse tipo de espaço como plataforma de proselitismo e legitimação (ICAIC, 2015, tradução nossa). Miguel Barnet, presidente da União de Escritores e Artistas (UNEAC) apoiou energicamente a declaração e balizou os limites de tolerância ao expressar que “Não podemos permitir que a contrarrevolução se misture com nossos artistas no espaço de liberdade e diálogo fundado pela política cultural da Revolução” (BARNET, 2015 *apud* DUARTE, 2015, tradução nossa).

9. REFLEXÕES E [ALGUMAS] PREVISÕES FINAIS

Numa parte desse artigo tentamos esclarecer, baseados nas contribuições à ciência

[23] No entanto, Saladrigas recebeu visto para entrar em Cuba e não foi impedido de falar em público.

[24] Um vídeo que documenta o acontecido foi baixado na mídia social YouTube e pode ser assistido no endereço eletrônico <<http://bit.ly/1Te1LWC>>. Acesso em: 22/01/2016.

[25] Consultar: “Funcionario del ICAIC vs. Eliécer Ávila en reunión contra la censura”. Disponível em: <<http://goo.gl/RFj9vv>>. Acesso em: 22/01/2016.

política de Linz e Stepan, o que se entende por pós-totalitarismo e por que o regime cubano pode ser classificado como pós-totalitário. Assim, nos afastamos da maneira preconceituosa e pejorativa com que o termo vem sendo utilizado pela imprensa internacional e pelos governos hostis aos países socialistas. Embora tanto o Governo cubano quanto intelectuais da Ilha e pessoas que em geral apoiam à Revolução podem não concordar com essa classificação, ainda que ela consiga descrever pertinentemente as características dos regimes socialistas realmente existentes.

Explicamos que o modelo normativo ideal proposto por Habermas resulta insuficiente para analisar a estrutura, complexidade e funcionamento do cotidiano nos países socialistas e que as pesquisas realizadas em regimes pós-tolitaros demonstram que, apesar da falta de direitos e dos constrangimentos, foi possível o florescimento de espaços e veículos para a discussão política. Nessas nações a esfera pública oficial coexistia outras esferas que promoviam discursos críticos e oposicionistas. Em Cuba se reproduzem algumas das características da esfera pública observadas nesses países. Desde o triunfo da Revolução, o debate público tem experimentado momentos de menor ou maior abertura. Consideramos que o atual dinamismo das esferas públicas em Cuba é resultado das repercussões das mudanças econômicas, políticas, sociais, culturais e tecnológicas que têm atingido Cuba desde o início da década de 1990 até a atualidade. Há vários fatores que coincidem temporalmente: o debate nacional promovido por Raúl Castro entre 2007 e 2010; e a socialização do acesso às Internet que favoreceu o aparecimento de blogs, sites e o ativismo nas redes sociais propiciam a expressão crítica de diversos setores

da sociedade. Também apresentamos uma proposta de mapeamento da esfera pública em Cuba e, por meio da análise de ocorrências antigas e recentes, ilustramos seus limites e constrangimentos.

Desde uma perspectiva normativa, a criação desses novos espaços de discussão poderia favorecer a emergência de um movimento que contribuiria na democratização política e econômica da sociedade cubana de baixo para cima (FABER, 2012, p. 130). Esse tipo espaços vai mais além da expressão de opiniões e são cenários para a formação e a visibilidade de novas identidades sociais e de agendas propositivas que superam a função estritamente opinativa (FRASER, 1992, p. 159).

Concordamos com Leyva e Somohano (2008) que a esfera pública em Cuba não deveria estar limitada à formação de opinião, senão ser um lugar de confronto entre atores sociais com possibilidades de transformar a política (p. 45). Um novo sistema político-social (o socialismo em teoria seria isso) precisa da reconfiguração da noção e da esfera pública, pois para a reprodução da hegemonia socialista resulta imprescindível a conformação dessa esfera de confrontação cidadã. Para eles, o debate, a crítica e a confrontação de ideias e conceitos são necessários para a construção de um consenso ativo (LEYVA, SOMOHANO, 2007, p. 41).

Mais que criar opiniões, os novos espaços de deliberação pública em Cuba vêm demonstrando que pretendem participar no desenho das políticas públicas que atingirão a sociedade. O trabalho desempenhado pelos editores e colaboradores da revista *Espacio Laical*, bem como pelos integrantes da Assembleia dos Cineastas Cubanos

é um exemplo de como um grupo de cidadãos aproveita a iniciativa legislativa popular para ficar envolvidos na elaboração da norma legal que regulará sua atividade profissional. Em uma carta publicada recentemente, a Assembleia reconheceu que embora não estivessem concretizados os objetivos propostos, aprovação no VII Congresso do Partido Comunista de uma diretiva para a execução da transformação do cinema, o audiovisual e o ICAIC, significa a abertura de uma nova etapa (G20, 2016).

Guanche (2013) é partidário da constituição de uma esfera pública – que inclua o Estado, mas que não limitada a ele – como um espaço social aberto à intervenção de seus múltiplos atores, que denuncie e corrija as assimetrias e desigualdades que fazem dela um enclave privado dos poderosos. Resulta imprescindível desenvolver políticas democráticas que empoderem setores sociais populares até estabelecer interações igualitárias numa esfera verdadeiramente pública (p. 3).

A constituição de uma esfera pública democrática em Cuba vai muito além das potencialidades que o ambiente digital oferece para o debate público ou da tolerância temporária dos governantes. Precisa-se da adoção de uma cultura política que democratize as relações Estado-sociedade. Uma cultura política que assuma o diálogo entre diferentes imaginários e reconheça a legitimidade do dissenso.

Embora seja certo que a morte de Fidel Castro, em 25 de novembro de 2016, abriu uma nova etapa na história cubana, não provocou instabilidade política nem social. As expectativas dos cubanos e dos observadores internacionais estão em 2018. Nesse ano Raúl Castro concluirá seu

último mandato presidencial e não irá se candidatar para um terceiro. O sucessor – acredita-se que será Miguel Díaz-Canel, atual primeiro vice-presidente – que terá vários desafios: garantir o percurso e o sucesso das reformas econômicas; continuar o processo de normalização das relações com Estados Unidos com Donald Trump na Casa Branca; lidar com uma sociedade mais diversa e plural sem que a exclusão e a criminalização sejam a resposta ao dissenso. É claro que nada disto dependerá de um homem só, mas da vontade das bases e, sobretudo, da elite do Partido Comunista de Cuba, do contexto internacional e da capacidade persuasiva, contestadora e mobilizativa da sociedade civil. ■

[ALEXEI PADILLA HERRERA]

Mestre em Comunicação Social pela UFMG (2016) com bolsa do CNPq. Graduado em Comunicação Social pela Universidad de La Habana (2009).

Email: alex6ph@gmail.com

REFERÊNCIAS

ALONSO, A. **El laberinto tras la caída del muro**. La Habana: Editorial Ciencias Sociales., 2006.

ANDRÉS, J de. El debate en torno a la deriva autoritaria de la Rusia de Putin. In: FLORES JUBERIAS, C (Ed.). **España y la Europa Oriental: tan lejos, tan cerca**. Valencia: Publicacions de la Universitat de València, 1992.

ARENDT, H. **Los orígenes del totalitarismo**. Madrid: Grupo Santillana de Ediciones, S. A., 1974, 1998.

AZOR, M. La “crispación” del debate político, una socialización de la cultura política revolucionaria. In: Cubaencuentro, 03/10/2012. Disponível em: <<http://bit.ly/1omjteP>>. Acesso em: 07/02/2016.

BATHRICK, D. **The Powers of Speech: The Politics of Culture in the GDR**. Lincoln, NE: University of Nebraska Press, 1995.

CAVATORTA, F. Civil Society Activism under Authoritarian Rule. A comparative perspective. London- New York. Routledge/ECPR studies in European political science, 2013.

CHAGUACEDA, A. Acerca de la mediación de la Iglesia Católica en Cuba In: Senderos de Esperanza. **Espacio Laical**, no. 4, 2010b.

CHAGUACEDA, A. La campana vibrante. Intelectuales, esfera pública y poder en Cuba: balance y perspectivas de un trienio. In: **Contracorriente**, vol. 7, no. 3, Spring 2010a, p. 323-360

CHAGUACEDA, A. Medios y esfera(s) pública(s) en Cuba: entre los malestares y los sueños. In: **Espacio Laical**, no.147 Octubre 2011.

CRUZ, A. @EspacioLaical ¿espacio para todos? In: Cubano em primer plano, 20/03/2013. Disponível em: < <http://goo.gl/7hqwEQ>>. Acesso em: **02/01/2016**.

CRUZ, A. ¡Un laboratorio para cazar a Cuba! In: Cubano em primer plano, 25/03/2013. Disponível em: < <http://goo.gl/JEdgi5>>. Acesso em: **02/01/2016**.

DIARIO DE CUBA. ETECSA dice que abrirá otras cien salas de navegación por internet e instalará 80 puntos WiFi. Diario de Cuba, 05/02/2015. Disponível em: <<http://bit.ly/1NHRHol>>. Acesso em: 29/04/2016.

DÍAZ, E; GONZÁLEZ, M. Internet en Cuba, un costoso y lento privilegio para pocos. In: Univisión, 08/04/2015. Disponível em: <<http://bit.ly/24ramdj>>. Acesso em: 24/06/2015.

DOMÍNGUEZ, L.E. Google + Kcho. Mor = navegación, arte y estudio. Cubadebate, 29/03/2016. Disponível em <<http://bit.ly/1YX2X0Y>>. Acesso em: 29/04/2016.

DUARTE, A. Herederos de Martí. Consejo Nacional de la Uneac apoya la Declaración del ICAIC. In: Granma, 04/12/2015. Disponível em: <<http://bit.ly/1VgQIdF>>. Acesso em: 12/11/2015.

EFE. Google abre en Cuba su primer centro tecnológico en el estudio del artista Kcho. In: Efe, 23/03/2016. Disponível em: <<http://bit.ly/1RzWYjI>>. Acesso em: 29/04/2016.

ESPACIO LAICAL. Nota de prensa. In: Suplemento digital, 228, abril, 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/gDyv4e>>. Acesso em: **02/01/2016**.

ETECSA. Nota Informativa firma de acuerdo entre ETECSA y Google (12 de diciembre de 2016). Disponível em: <<http://bit.ly/2oyIMM0>>. Acesso em: 15/04/2017.

FARBER, S. La Iglesia y la izquierda crítica en Cuba. In: **Nueva Sociedad**, n. 242, noviembre-diciembre, 2012. Disponível em: <<http://bit.ly/24s74Xk>>. Acesso em: 10/02/2015.

FRASER, N. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. In: C. CALHUN (ed.). **Habermas and the public sphere**. Cambridge, MA: MIT Press, p. 109-142, 1992.

G20. Carta a los cineastas cubanos, tres años después. In: Progreso Semanas, 10/03/2016. Disponível em: <<http://goo.gl/N5YAZJ>>. Acesso em: 11/05/2016.

GARCÉS, R. La prensa cubana, en la encrucijada. In: Cubahora. 15/03/2013. Disponível em: <<http://goo.gl/XlRiCR>>. Acesso em: 3/03/2015.

GARCÍA DIEZ, F. Regímenes no democráticos. 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/YKavD8>>. Acesso em: 11/01/2016.

GUANCHE, J.C. Un «extraño suceso» y una «victoria normal». A propósito del documento «Cuba soñada-Cuba posible-Cuba futura: propuestas para nuestro porvenir inmediato». In: Sinpermiso, 28/04/2013. El futuro de Cuba a debate. Dossier. Disponível em: <<http://bit.ly/1QFGOVg>>. Acesso em: 20/02/2016.

GUEVARA, Y. Wifi en el ambiente. Diario Juventud Rebelde, 17/06/2015. Disponível em: <<http://bit.ly/1XZdfNU>> Acesso em: 29/04/2016.

HABERMAS, J. **Facticidad y validez**. Madrid: Editorial Trotta, 1998.

HABERMAS, J. The **Structural transformation of the public Sphere: An inquiry in to a category of bourgeois society**. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology Press. 1989.

HENKEN, T; VOORT, S. From Cyberspace to Public Space? The Emergent Blogosphere and Cuban Civil Society. BRENNER, P et al (editors). **A Contemporary Cuba Reader: The Revolution under Raúl Castro**. Lanham, MD: Rowman and Littlefield Publishers Forthcoming, p. 196-209, 2014.

HOFFMAN, H. The International Dimensions of Authoritarian Legitimation: the Impact of Regime Evolution. In: GIGA WP, 182/2011. Hamburgo: GIGA German Institute of Global and Area Studies. Disponível em: <<http://bit.ly/1QhR83P>>. Acesso em: 02/12/2014.

ICAIC. In: Cubarte, 03/12/2015. Disponível em: <<http://bit.ly/1OFv29n>>. Acesso em: 12/11/2015.

KILLINSWORTH. M. **Civil society in Communist Eastern Europe: opposition and dissent in totalitarian regimes**. United Kingdom, EPCR Press, 2012.

LINZ, J. Del autoritarismo a la democracia. In: **Estudios Públicos**, no. 23, 1986. Disponível em: < <http://goo.gl/1cRaZo>>. Acesso em: 11/01/2016.

LINZ, J; STEPAN, A. **A transição e consolidação da democracia - a experiência do sul da Europa e da América do Sul**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MARQUES, A. Os meios de comunicação na esfera pública: novas perspectivas para as articulações entre diferentes arenas e atores. In: **Líbero**, no.21, pp. 23-36.

MARREIRO. F. Continuity and change in the Cuban media under Raúl Castro. Reuters Institute for the Study of Journalism. University of Oxford. Disponível em: <<http://goo.gl/jDbU7n>>. Acesso em: 2/12/2014.

MARTÍNEZ. Y. Nauta Hogar, el nuevo servicio de ETECSA. In: Cubadebate 03/04/2017. Disponível em: < <http://bit.ly/2p5OGHs>>. Acesso em: 15/04/2017.

MAYORAL, M.J. Sociedad civil en Cuba (I): conversando con Isabel Monal. La clave de la participación popular. In: Rebelión, 25/08/2004. Disponível em: <<http://bit.ly/1QhR83P>>. Acesso: 10/01/2016.

NAVARRO, D. In medias res publicas: sobre los intelectuales y la crítica social en la esfera pública cubana. In: **Revista del CESLA**, no. 4, 2002. Disponível em: <<http://bit.ly/1UoCeL1>>. Acesso em: 11/03/2015.

OBAMA, B. Discurso del presidente Barack Obama sobre las relaciones con Cuba. In: Juventud Rebelde, 17/12/2014. Disponível em: < <http://bit.ly/2oyqqej>>. Acesso em: 15/04/2017.

OBAMA, B. Discurso a los cubanos de Barack Obama. In: Martí Noticias, 22/03/2016. Disponível em: < <http://bit.ly/2pnkMvy>>. Acesso em: 15/04/2017.

PUIG, Y. Consejo de Ministros aprueba políticas para la informatización de la sociedad y para otros importantes sectores. In: Cubadebate, 03/03/2017. Disponível em: < <http://bit.ly/2oCK2j2> >. Acesso em: 15/04/2017.

RASVSBERG, F. Un espacio para el debate. In: Blog Cartas desde Cuba, 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/nEk7CG>>. Acesso em: 17/09/2014.

RECIO. M. La hora de los desconectados. In: **Crítica y emancipación**, año 6, no. 11 Primer Semestre, 2014. Disponível em:<<http://goo.gl/8PjXUA>> Acesso em: 24/04/2015.

RITTERSPORN, G.T; ROLF, M; BEHRENDTS, J.C (eds.). Sphären von Öffentlichkeit in Gesellschaften sowjetischen Typs/Public spheres in Soviet-type societies. Francfort-sur-le-Main, Peter Lang, 2003

SILBERMAN, M. Problematizing the “Socialist Public Sphere”. Concepts and Consequences. In: **What Remains? East German Culture and the Postwar Public**. Washington DC, 1997. Disponível em: < <http://bit.ly/1R5fydk> >. Acesso em: 11/01/2016.

VALDÉS. J. **El espacio y el límite**. La Habana: Instituto Cubano de Investigaciones Culturales Juan Marinello. Ruth Casa Editorial, 2009.